



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 019/2011

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, por intermédio de seu Pregoeiro, designado pelo Decreto Judiciário nº 1.052/2011, em 23/02/2011, torna público para conhecimento dos interessados que **às oito horas (08h00) do dia vinte e nove de junho do ano de dois mil e onze (29/06/2011)**, na sala de Reunião da Comissão Permanente de Licitação, situada no 3º (terceiro) andar, do Anexo I do Tribunal de Justiça, à Rua 19, Q.A8, Lt. 06, Setor Oeste, em Goiânia-GO, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL, DO TIPO MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme descrito neste edital e seu(s) anexo(s). Tal procedimento licitatório obedecerá, integralmente, à Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/2000 e ao Decreto Judiciário nº 409/2003, às disposições fixadas neste edital e anexo(s) e, subsidiariamente, às normas da Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Estadual nº 16.920/2010, em atendimento ao(s) processo(s) administrativo(s) nº 3629813, 3629775, 3629783, 3929791 e 3629805.

PREGÃO PRESENCIAL

DO OBJETO

1. O presente pregão tem por objeto a aquisição de materiais de marcenaria, construção e ferramentas, material hospitalar, e aquisição com instalação de vidros e filme de proteção solar, conforme especificações contidas no(s) anexo(s) deste Edital.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

2. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos Programas de Trabalho 2011.452.02.061.4001.4001.03.20 e 2011.452.02.061.4001.4001.04.20, tendo por elementos de despesa: 3.3.90.30.08, 3.3.90.30.27, 3.3.90.30.33, 3.3.90.30.34 e 4.4.90.52.17.

DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

3. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital, através de **petição de**





impugnação devidamente encaminhada ao **Protocolo Administrativo** do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

4. Não será admitida a impugnação do Edital via fax ou e-mail.
5. Caberá ao Pregoeiro, decidir sobre a petição de impugnação **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, após seu recebimento.
6. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

DA PARTICIPAÇÃO

7. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seu(s) anexo(s) e ainda, aqueles que contiverem no seu ramo de atividade, inserido no contrato social em vigor, a faculdade para a comercialização/fornecimento de produtos/serviços semelhantes ao objeto desta licitação.
8. A participação no procedimento licitatório implica, automaticamente, a aceitação integral dos termos deste Edital e seu(s) Anexo(s) e o pleno conhecimento dos regulamentos, instruções e leis aplicáveis.
9. Não será admitida nesta licitação a participação de firmas suspensas para licitar e/ou declaradas inidôneas para contratar com o Poder Público.
10. O Edital e Anexo(s) encontram-se à disposição dos interessados na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, situada no 3º (terceiro) andar, do Anexo I do Tribunal de Justiça, à Rua 19, Q.A8, Lt. 06, Setor Oeste, em Goiânia-GO, ou pelo site www.tjgo.jus.br.

DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

11. A proponente deverá fazer-se apresentar para fins de credenciamento junto ao Pregoeiro através de um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.
12. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular com amplos poderes, acompanhado de cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da proponente.

Handwritten signature and stamp of the Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Handwritten signature at the bottom right of the page.



13. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

14. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, que lhe confira poderes para tanto, devendo identificar-se, exibindo cédula de identidade ou outro documento equivalente.

15. Não será admitido o credenciamento de um mesmo representante para mais de uma firma proponente.

16. É facultado aos interessados a participação nas sessões por seu representante legal ou especificamente nomeado. A não apresentação do documento de credenciamento (procuração), ou a incorreção deste, não inabilitará o interessado, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela firma participante.

17. Os interessados que porventura não puderem estar presentes no momento da abertura, poderão participar da licitação, desde que chancem os seus envelopes no Protocolo Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, até o primeiro dia útil que anteceder a abertura dos trabalhos, participando, quando da fase de lances, única e exclusivamente, com os valores apresentados na proposta.

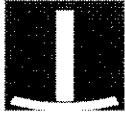
18. Caso a proponente tenha interesse em valer-se das prerrogativas conferidas à MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, no ato do credenciamento, "Declaração de Enquadramento" devidamente certificada pela Junta Comercial competente ou certidão que comprove tal condição, emitida pela Junta Comercial, no presente exercício. A não apresentação destes documentos implica na decadência do direito ao benefício concedido. Tal documentação deverá atestar, de forma expressa, que a licitante enquadra-se na qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte conforme as condições preconizadas na Lei Complementar nº 123/06.

19. No que tange à comprovação da qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte não será aceita outra documentação senão aquela emitida e/ou certificada (deferida) pela Junta Comercial competente, consoante determinação do art. 8º da Instrução Normativa nº 103, de 22/05/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC).

DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

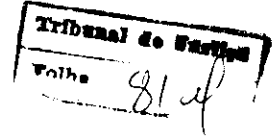
20. As Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados no local, dia e hora determinados, em 2 (dois) envelopes, "A" -





tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação



Proposta de Preço e “B” - Documentos de Habilitação, devidamente fechados e rubricados no fecho.

21. Os envelopes deverão conter, ainda, em sua parte externa os seguintes dizeres:

a) AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, SECRETARIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, 3º (TERCEIRO) ANDAR, DO ANEXO I DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, À RUA 19, Q.A8, Lt. 06, SETOR OESTE, EM GOIÂNIA-GO

b) NÚMERO DO PREGÃO;

c) RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA PROPONENTE.

DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE A)

22. A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via, impressa, em papel timbrado da empresa ou em folhas brancas, formato A4, com indicação do CNPJ da empresa, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e terá validade de 60 (sessenta) dias corridos a contar da sua apresentação. Caso não seja indicado o prazo, considerar-se-á válida a proposta por 60 (sessenta) dias.

23. Na proposta deverá constar:

a) nome ou razão social da proponente, número do CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último, se houver, para contato;

b) indicação de marca, referência e outros elementos indispensáveis à precisa caracterização do(s) item(ns) atendendo às especificações constantes do(s) Anexo(s) deste Edital;

c) valores unitário e total do item cotado. Em caso de divergência entre o valor unitário e total, será considerado o primeiro, e entre os expressos em algarismos e por extenso será considerado este último;

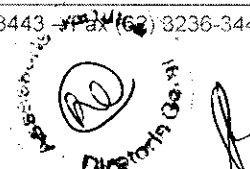
d) garantia/validade dos produtos ofertados.

e) data e assinatura da proponente.

24. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente Edital e Anexos(s), sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos que impossibilitem a exata compreensão do conteúdo da proposta.

25. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

26. O preço proposto deverá ser líquido e irrevogável, estando nele inclusos frete, tributos, encargos sociais, demais despesas e os abatimentos e/ou descontos





porventura concedidos pela licitante que, quando não indicados serão considerados inclusos no valor da proposta.

27. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

28. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e documentação será pública, dirigida pelo Pregoeiro designado para o evento e realizada de acordo com a Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/2000, Decreto Judiciário nº 409/03 e em conformidade com este Edital e seu(s) Anexo(s).

29. No dia, horário e local marcados, antes do início da sessão, as proponentes deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, poder para formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do presente certame, conforme disposição da Lei 10.520/2002.

30. Após a abertura de um dos envelopes contendo proposta de preços, não mais serão admitidas novas proponentes, salvo com a anuência de todas as empresas participantes.

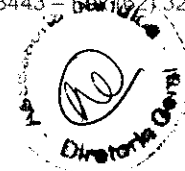
31. Iniciada a sessão, serão abertos os envelopes contendo as propostas de preços, sendo feita a sua conferência e posterior rubrica pelo Pregoeiro e pelos membros da Equipe de Apoio.

DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS LANCES

32. Abertas as propostas, o Pregoeiro classificará a proponente que apresentar a proposta de **MENOR PREÇO** e aquelas com valores **superiores em até 10 (dez por cento)** da proposta de menor preço. Não se observando o mínimo de 03 (três) propostas nas condições mencionadas, serão classificadas as melhores propostas de preços subsequentes, **até o máximo de 03 (três)**, incluindo-se aí a de menor valor, para que seus autores participem de lances verbais, quaisquer que sejam os preços então apresentados, conforme disposto na Lei 10.520/2002.

33. Às proponentes classificadas conforme o item anterior será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.

34. A proponente que desistir de apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, será excluída da fase de lances.



[Handwritten signature]



35. Não será permitido aos representantes das empresas classificadas, durante a realização do pregão, a utilização de aparelhos celulares ou rádios de comunicação.

36. Antes de iniciada a fase de lances, será estipulado pelo Pregoeiro, em comum acordo com as licitantes presentes, o valor mínimo a ser ofertado por lance, caso esse não esteja definido no Edital.

37. Caso não aconteçam lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a aquisição.

38. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

39. Em caso de participação de licitante que detenha a condição de MICROEMPRESA ou de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, serão adotados os seguintes procedimentos:

a) será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, após o encerramento da fase de lances, sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

b) somente se aplicará o critério acima estabelecido quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

40. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na mesma condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

41. Não havendo o empate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

42. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada a apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

43. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope de



Habilitação contendo os documentos exigidos para o presente Pregão.

44. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto definido neste Edital.

45. Habilitada a licitante vencedora, o Pregoeiro solicitará ao seu representante, que firme declaração, constando o preço final ofertado (unitário e total) para cada item, expresso em moeda corrente nacional, em algarismo, com apenas duas casas decimais após a vírgula e por extenso, a qual integrará a Carta Proposta.

46. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a aceitabilidade e procedendo à habilitação da proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto definido neste Edital.

47. No caso de desclassificação de todas as propostas apresentadas, o Pregoeiro convocará todas as licitantes para, no prazo de 08 (oito) dias úteis, apresentarem novas propostas escoimadas das causas de sua desclassificação, nos termos da Lei Federal 8.666/1993.

48. Não havendo lances ou encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido menor preço.

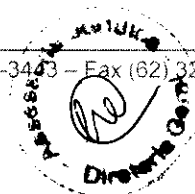
49. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá, obrigatoriamente, ser assinada pelo Pregoeiro e licitante(s) vencedora(s). Será facultada a assinatura da referida ata à equipe de apoio e às demais licitantes.

50. Encerrada a reunião, observando-se alteração quanto ao valor da(s) proposta(s) original(is) em relação ao valor final proposto pela licitante quando da fase de lances ou quando da negociação direta com o Pregoeiro, a empresa vencedora deverá apresentar, à Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, em, no máximo 24 (vinte e quatro) horas, proposta atualizada, sob pena de convocação das licitantes subsequentes na ordem de classificação, para negociação e posterior adjudicação.

51. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

DA DOCUMENTAÇÃO

52. Para habilitação, a licitante deverá apresentar a documentação abaixo discriminada, colocada na ordem sequencial deste Edital.

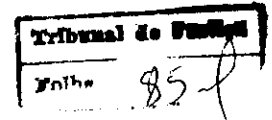


8



tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação



53. O envelope “B” (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO) deverá conter:

53.1. Documentação relativa à habilitação jurídica:

a) Comprovante de registro cadastral (CRC), fornecido pelo Tribunal de Justiça de Goiás ou qualquer órgão público ou entidade municipal, estadual, distrital ou federal, sendo aceito, também, o cadastro no SICAF (Sistema de Cadastro de Fornecedor), não isenta a licitante da apresentação dos demais documentos exigidos;

53.2. Documentação relativa à regularidade fiscal:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros, fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- c) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedida pela Caixa Econômica Federal;

53.3. declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fato superveniente que possa impedir a sua habilitação neste certame;

53.4. declaração de fiel observância do disposto no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal, nos termos da Lei Federal nº 9.854/99, art. 1º, na forma seguinte:

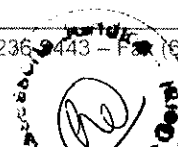
“Declaramos para fins de licitação junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e sob as penas da lei, não ter em nosso quadro de empregados qualquer trabalhador menor de 16 (dezesseis) anos de idade, exceto maiores de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz. Declaramos ainda que nenhum trabalhador menor de 18 (dezoito) anos exerce trabalho noturno, perigoso ou insalubre em nossa empresa.”

54. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou por cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro.

55. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos requeridos no presente Edital e seu(s) Anexo(s).

56. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seu(s) Anexo(s), o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada.

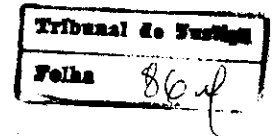
57. Documentos apresentados com validade expirada acarretarão a inabilitação da proponente, salvo se possível a atualização e impressão do mesmo, via internet.





tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação



58. Havendo qualquer restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação.

59. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato.

60. A prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) não será considerada como documento concernente à regularidade fiscal para fins do item anterior.

61. Após a análise da documentação, os membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos que integram o dossiê apresentado.

DOS RECURSOS

62. Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, mediante registro em ata da síntese das suas razões, sendo-lhe, desde já, concedido o **prazo de 03 (três) dias úteis** para apresentação das correspondentes razões, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

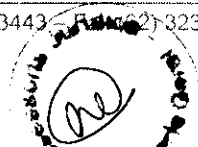
63. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

64. Não serão conhecidos recursos interpostos intempestivamente ou aqueles enviados via fax.

65. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, no 3º (terceiro) andar, do Anexo I do Tribunal de Justiça, à Rua 19, Q.A8, Lt. 06, Setor Oeste, em Goiânia-GO, até o encaminhamento à autoridade competente, para a homologação.

DA ADJUDICAÇÃO

66. Constatado o atendimento das exigências fixadas no ato convocatório, a licitante será declarada vencedora sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.



[Handwritten signature]



DO EMPENHO

67. À licitante vencedora será concedido prazo de 03 (três) dias úteis, improrrogáveis, para retirada da Nota de Empenho, após convocação promovida pela Divisão de Compras, sob pena de decair o direito de fornecimento.

68. A firma adjudicatária para aceitar e receber a Nota de Empenho, poderá solicitar expressamente, à Divisão de Compras do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, o seu envio via fax.

69. A recusa injustificada da firma adjudicatária em aceitar ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legais.

70. É facultado ao Tribunal de Justiça, quando o convocado não retirar a Nota de Empenho, no prazo e condições estabelecidos, convocar, respeitando a ordem de classificação, licitante remanescente para, estando o mesmo habilitado, efetuar o fornecimento, no prazo e condições por ele propostas.

DA ENTREGA

71. O prazo máximo aceitável para a entrega dos produtos licitados é de 20 (vinte) dias consecutivos, contados da data de recebimento oficial da Nota de Empenho.

72. Os produtos objeto desta licitação deverão ser entregues na Divisão de Material, nos prazos e condições estabelecidos neste edital, e recebidos, após aferição da qualidade, quantidade e marca(s) oferecida(s), pela Comissão de Recebimento de Materiais.

DO PAGAMENTO

73. O pagamento será feito, até 15 (quinze) dias úteis após a entrega do objeto da licitação, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

74. Caso o pagamento ocorra após o prazo estabelecido no item anterior, por responsabilidade exclusiva do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, sobre o mesmo incorrerá multa de mora com base no INPC do IBGE, *pro rata temporis*, ou por outro índice substitutivo pactuado em comum acordo entre as partes.



DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

75. Entregar os produtos em conformidade com o estabelecido no Edital e Anexos.

76. Comunicar à Divisão Material, no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

77. Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da adjudicação desta Licitação, consoante o disposto no art. 71 da Lei nº 8.666/93.

78. Aceitar, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da compra.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

79. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a aquisição.

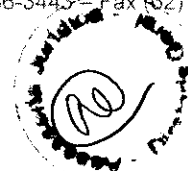
80. Efetuar, através da Divisão Material, após apresentação da Nota Fiscal, o recebimento e aceite do(s) produto(s) licitado(s).

81. Rejeitar, no todo ou em parte, o material que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital e Anexos.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

82. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520/2002:

- a) advertência;
- b) multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas neste edital, incidente sobre o valor do material não entregue;
- c) suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Tribunal de Justiça, por período de até 05 (cinco) anos, nas hipóteses e nos termos da lei 10.520/2002;





d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Tribunal de Justiça, pelo prazo de **até 02 (dois) anos**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicar a penalidade, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei 8.666/93.

83. Se o total das multas atingir um valor igual a 10% (dez por cento) do preço total do objeto deste contrato, este será rescindido de pleno direito, a exclusivo critério do Tribunal de Justiça, sem prejuízo da apuração de perdas e danos.

84. As multas serão descontadas de qualquer crédito da CONTRATADA existente no TRIBUNAL DE JUSTIÇA, em favor deste último. Na inexistência de créditos que respondam pelas multas, a CONTRATADA deverá recolhê-las nos prazos que o Tribunal de Justiça determinar ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

85. As penalidades e suspensão de licitar serão obrigatoriamente publicadas no Diário de Justiça Eletrônico e jornal de grande circulação local.

RESCISÃO CONTRATUAL

86. Ao TRIBUNAL DE JUSTIÇA é conferida a prerrogativa de rescindir o contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à CONTRATADA direito à indenização de qualquer espécie, quando ocorrerem os casos previstos no artigo 78, da Lei nº 8.666/93.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

87. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

88. Como resultado das diligências acima referidas, objetivando um juízo de verdade real, será permitida, nos termos do art. 2º do Decreto Judiciário nº 409/03 c/c art. 11, inciso XIII, do Decreto Federal nº 3.555/00, a apresentação de documentação atualizada e regularizada na própria sessão, desde que a sua produção seja de fácil realização.

89. A inclusão de documentos durante a sessão será admitida desde que seja necessária a realização de diligência para apurar fatos existentes à época da licitação, concernentes à proposta de preços ou habilitação dos participantes, porém não documentados nos autos.

90. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do



[Handwritten signature]



pregão.

91. Fica assegurado ao Tribunal de Justiça o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

92. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Tribunal de Justiça não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório e de eventual cancelamento ou anulação do certame ou de parte de seu objeto.

93. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

94. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

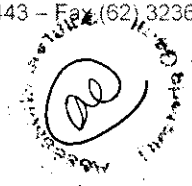
95. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Tribunal de Justiça.

96. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

97. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à aquisição do objeto licitado.

98. A ata referente à sessão pública deste certame, além da publicação de seu extrato no Diário de Justiça Eletrônico, bem como os atos e os procedimentos relativos aos recursos interpostos e as respostas a eventuais pedidos de esclarecimento serão divulgados, para conhecimento público, na internet no site <http://www.tjgo.jus.br>, na página **Licitação/Relatório 2011**.

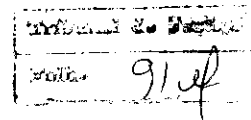
99. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital e anexo deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, e entregue na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, situada no 3º (terceiro) andar, do Anexo I do Tribunal de Justiça, à Rua 19, Q.A8, Lt. 06, Setor Oeste, em Goiânia-GO, ou através do fax (0xx62) 062) 3236-2432, ou do e-mail licitacao@tjgo.jus.br.





tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação



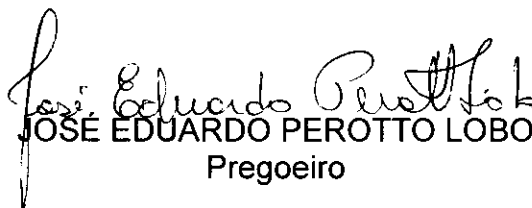
100. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520/02 e do Decreto Federal nº 3.555/00.

101. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal, sendo as demais, formuladas por escrito.

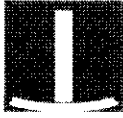
102. O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o desta Capital, com exclusão de qualquer outro.

Para conhecimento dos interessados, lavrou-se o presente edital, que será afixado no quadro da Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, localizado no térreo do edifício do Palácio da Justiça, à Avenida Assis Chateaubriand, nº 195, Setor Oeste, em Goiânia-GO, estando a Secretaria à disposição dos interessados para maiores informações, no horário de 08h00 às 17h00, pelo fax (062) 3236-2432 ou telefones (062) 3236-2433 e 3236.2435 ou pela internet, no endereço www.tjgo.jus.br

Goiânia, 25 de maio de 2011.


JOSE EDUARDO PEROTTO LOBO
Pregoeiro





ANEXO I

EDITAL Nº019/11 - PREGÃO PRESENCIAL

MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS E A EMPRESA _____, PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VIDROS/ MANGUEIRA DE CRISTAL E FILME DE CONTROLE SOLAR.

À vista dos autos nº _____, e do Despacho Homologatório nº ____/11, fls. _____, da Licitação nº 019/11, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS**, situado na Av. Assis Chateaubriand nº195, Setor Oeste, cidade de Goiânia-GO, inscrito no CNPJ sob o nº 02.050.330/0001-17, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor Geral, Stenius Lacerda Bastos, brasileiro, residente e domiciliado nesta capital, e a firma _____, situada _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. _____, Portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado _____, têm entre si justo e combinado o presente contrato, oriundo da licitação realizada, conforme Edital nº 019/11, na modalidade pregão presencial, sob sujeição às normas da Lei Federal nº 10.520/2002 e de conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/1993 com suas alterações posteriores, e, subsidiariamente, a Lei nº 16920/2010 e, observadas as seguintes cláusulas e condições:

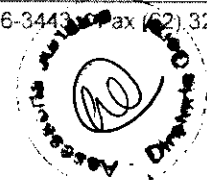
CLÁUSULA PRIMEIRA - Constitui objeto do presente contrato o fornecimento e instalação de vidro liso 4mm/mangueira de cristal e filme de controle solar ou laminado fumê, conforme especificações constantes do anexo no Edital nº 019/11, mediante requisições por parte do **CONTRATANTE** especificando as quantidades solicitadas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** obriga-se a:

I - executar os serviços objeto do presente Contrato com a máxima presteza e zelo;

II - manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença,



[Handwritten signature]



greve, falta ao serviço e demissão de empregados;

III - não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia e expressa anuência do Contratante;

IV - não caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do Contratante, sob pena de rescisão contratual;

V - assinar o presente Contrato no prazo de 03 (três) dias corridos, a contar da notificação, sob pena das sanções por inexecução total do objeto;

VI - prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, cujas reclamações se obriguem prontamente a atender;

VII - manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública;

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

I - cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste Contrato;

II - relacionar-se com a **CONTRATADA** exclusivamente através de pessoa por ela indicada;

III - permitir o acesso ao pessoal autorizado pela **CONTRATADA**, responsável pela prestação dos serviços objeto deste contrato, devendo tomar todas as providências administrativas que garantam o livre desempenho de suas atividades;

IV - prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao cumprimento deste Contrato;

V - atestar o recebimento do objeto contratual através do gestor competente;

VI - efetuar os pagamentos à **CONTRATADA** no prazo estabelecido neste Contrato, após o cumprimento das formalidades legais;

VII - exigir a qualquer tempo a comprovação das condições da **CONTRATADA** que ensejaram sua contratação, notadamente no tocante à qualificação econômico-financeira;

IX - fiscalizar a qualquer tempo toda a documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato;

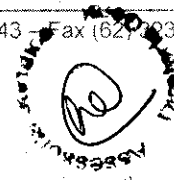
Parágrafo único – O **CONTRATANTE** reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, fiscalização sobre os serviços, e ainda aplicar multa ou rescindir o Contrato caso a **CONTRATADA** desobedeça quaisquer das cláusulas estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, mediante a apresentação de nota(s) e fatura(s) correspondentes, até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura.

Parágrafo único. Caso o pagamento ocorra após a data acima mencionada, o valor da prestação poderá ser atualizado monetariamente pela TR, *pro rata temporis*, ou por outro índice oficial substitutivo, entre a data de adimplemento da obrigação e a do efetivo pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contando-se o referido prazo a partir do dia _____, admitindo-se uma única prorrogação por igual período.

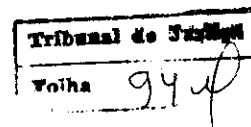
CLÁUSULA SEXTA - A despesa decorrente deste contrato, correrá, neste exercício, à conta da Dotação Orçamentária nº 0452.02.061.4001.4001.03.20, do Elemento de Despesa nº 3.3.90.30.33, conforme Nota de Empenho de nº _____, datada de _____, no valor de R\$ _____ (_____), e no exercício seguinte, à conta de créditos orçamentários apropriados.





tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação



CLÁUSULA SÉTIMA - Constitui motivo de rescisão deste contrato as modalidades previstas no art. 79, da Lei 8.666/93.

Parágrafo único. O não cumprimento do prazo de entrega, implicará multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor da nota de empenho, por dia de atraso, a contar do primeiro dia após o vencimento do prazo estipulado.

CLÁUSULA OITAVA - Pela inexecução total ou parcial do contrato, o **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA**, segundo a extensão da falta cometida, as penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

CLÁUSULA NONA - Ao presente contrato ficam vinculados, como se transcritos fossem, o Edital de Licitação nº 019/, na modalidade PREGÃO, e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA - Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo com as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Como gestor do contrato fica designado a Assessoria Técnica do Foro da Comarca de Goiânia, do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro da comarca de Goiânia, Estado de Goiás, para dirimir as questões que porventura surgirem em decorrência da execução deste instrumento.

E, por se acharem justos e contratados, e aceitarem os termos do presente contrato, concordando expressamente com todas as cláusulas, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo declaradas, a tudo presentes.

Goiânia, ____ de _____ de 2011.

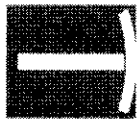
STENIUS LACERDA BASTOS

**Diretor Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
CONTRATANTE**

(Representante da Firma)
CONTRATADA

Testemunhas: _____





tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO

Diretoria Geral

Secretaria da Comissão Permanente de Licitação

ANEXO II – PREGÃO 019/2011

ITEM	QUANT	UND	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE 1 – PROCESSO					
1	35	und	COMPENSADO DE MADEIRA DE CEREJEIRA, MEDINDO 2,50X1,60X0,4MM	R\$ 115,00	R\$ 4.025,00
2	65	und	SARRAFIADO EM MADEIRA DE IMBUJA MEDINDO 2,50X1,60X0,18MM	R\$ 360,00	R\$ 23.400,00
3	10	und	SARRAFIADO EM MADEIRA DE CEREJEIRA, MEDINDO 2,50X1,60X0,18MM	R\$ 312,00	R\$ 3.120,00
4	30	m²	FOLHEADO DE MADEIRA DE IMBUJA -	R\$ 19,00	R\$ 570,00
5	20	und	MADEIRA MDF COR BRANCA, 275X183X25MM - BRANCA DOS DOIS LADOS.	R\$ 330,00	R\$ 6.600,00
6	35	und	COMPENSADO DE MADEIRA MEDINDO 2,50X1,60X0,18MM - SUMAPLAC	R\$ 160,00	R\$ 5.600,00
7	100	m²	FOLHEADO DE MADEIRA CEREJEIRA	R\$ 19,00	R\$ 1.900,00
8	20	und	MADEIRA MDF COR BRANCA, 275X183X25MM	R\$ 330,00	R\$ 6.600,00
9	30	m²	FOLHEADO DE MADEIRA DE IMBUJA -	R\$ 19,00	R\$ 570,00
TOTAL DO LOTE					R\$ 52.385,00
LOTE 2 -					
10	10000	und	BUCHA DE PAREDE OU GESSO, Nº 6	R\$ 0,06	R\$ 600,00
11	200	und	PORCA CILINDRICA, 1/4" - Z	R\$ 0,23	R\$ 46,00
12	200	und	PARAFUSO SEXTAVADO, PARA PORCA CILINDRICA 1/4 - Z	R\$ 0,18	R\$ 36,00
13	20	pct	PREGO SEM CABEÇA, 15 X 15 MM PACOTE DE 500 GR.	R\$ 3,59	R\$ 71,80
14	40	und	BROCA DE AÇO 10MM, PARA MADEIRA - AÇO RÁPIDO, VONDER ou IRW	R\$ 12,05	R\$ 482,00
15	40	und	BROCA DE AÇO 14MM - AÇO RÁPIDO, VONDER ou IRW	R\$ 56,33	R\$ 2.253,20
16	100	und	BROCA DE AÇO 6,0MM - AÇO RÁPIDO, VONDER ou IRW	R\$ 4,93	R\$ 493,00
17	200	und	BROCA DE AÇO 1/8" 3MM - AÇO RÁPIDO, VONDER ou IRW	R\$ 2,40	R\$ 480,00
18	600	und	PORCA SEXTAVADA 1/4 - Z	R\$ 0,06	R\$ 36,00
19	30000	und	PARAFUSO ESTRIADO-ECO DRYWALL 3,3X20MM	R\$ 0,03	R\$ 900,00
20	30000	und	PARAFUSO FOSFOTIZADO PRETO AGULHA 3,5X25MM	R\$ 0,02	R\$ 600,00

Tribunal de Justiça
Folha 95

SECRETARIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DIRETORIA GERAL

21	30000	und	PARAFUSO ESTRIADO-ECO DRYWALL 4,5X25MM	R\$ 0,04	R\$ 1.200,00
22	20	und	BROCA DE ACO RÁPIDO , 20MM, PARA MADEIRA VONDER ou IRW	R\$ 38,00	R\$ 760,00
23	6	CX	PARAFUSO PHILLIPS 4,8 X 22 CAIXA COM 500 UNIDADES	R\$ 23,46	R\$ 140,76
24	6	CX	PARAFUSO PHILLIPS 4,2 X 25 CAIXA COM 500 UNIDADES	R\$ 20,64	R\$ 123,84
25	6	CX	PARAFUSO MFC FH MF PHILLIPS, 4 X 50 AC VA CAIXA COM 500 UNIDADES	R\$ 25,55	R\$ 153,30
26	2	CX	PARAFUSO MFC FH MF PHILLIPS, 4 X 25 CAIXA COM 500 UNIDADES	R\$ 17,30	R\$ 34,60
27	6	CX	PARAFUSO ZINCADO BRANCO PHILLIPS MEDINDO 5,5 X 50 CAIXA COM 500	R\$ 78,65	R\$ 471,90
28	6	CX	PARAFUSO PHILLIPS MEDINDA 4,5 X 30 CAIXA CM 500	R\$ 45,00	R\$ 270,00
29	6	CX	PARAFUSO ZINCADO BRANCO 5,5 X 90 MM CAIXA COM 500 UNIDADES	R\$ 82,10	R\$ 492,60
30	2	CX	PARAFUSO MFC FH MF PHILLIPS 5,5 X 30 CAIXA COM 500	R\$ 61,25	R\$ 122,50
31	6	CX	PARAFUSO PHILLIPS PRETO 4,5 X 40 CAIXA COM 500 UNIDADES	R\$ 50,65	R\$ 303,90
32	6	CX	PARAFUSO PHILLIPS 5,5 X 75 CAIXA COM 500 UNIDADES	R\$ 88,70	R\$ 532,20
33	200	und	BITS SCREWDRIVER PARA PARAFUZEIRA - PH2	R\$ 1,60	R\$ 320,00
34	40	und	ALICATE Nº 8, UNIVERSAL, PROFISSIONAL - PLUS 810000, VONDER	R\$ 25,25	R\$ 1.010,00
35	350	und	DOBRADICA COM ENCAIXE PARA REQUADRO E PORTAL, 3 FUROS	R\$ 3,60	R\$ 1.260,00
TOTAL DO LOTE					R\$ 13.193,60

LOTE 3 -

36	1	und	MAQUINA PARA CONFCCAO DE CHAVES, PEQUENA	R\$ 1.370,00	R\$ 1.370,00
37	600	und	MACACO PARA DIVISORIA	R\$ 4,50	R\$ 2.700,00
TOTAL DO LOTE					R\$ 4.070,00

LOTE 4 -

38	15	lt	COLA LATA DE 18 LITROS CASCOLA ou SIMILAR	R\$ 175,00	R\$ 2.625,00
39	6	gl	ADESIVO FASTBOND 30 ING GALÃO DE 5 LITROS ou SIMILAR	R\$ 199,90	R\$ 1.199,40
40	10	kg	SISAL PARA CHUMBAÇÃO COM GESSO	R\$ 6,79	R\$ 67,90
41	20	pct	ALGODAO INDUSTRIAL PACOTE DE 200 GR	R\$ 5,27	R\$ 105,40
42	400	und	LIXA LACA, A219 SR.240 - PARA MADEIRA	R\$ 0,74	R\$ 296,00
43	400	und	LIXA LACA, A219 SR.320 - PARA MADEIRA	R\$ 0,88	R\$ 352,00
44	400	und	LIXA LACA, A219 SR.360 - PARA MADEIRA.	R\$ 0,74	R\$ 296,00
45	400	und	LIXA LACA, A219 SR.400 - PARA MADEIRA.	R\$ 0,74	R\$ 296,00
46	100	und	LIXA PARA MADEIRA/MASSA, GRAO 220 - A257	R\$ 0,34	R\$ 34,00
47	15	und	SOLVENTE LIQUIDO, GALAO DE 18L, THINNER - LUTZOL	R\$ 35,00	R\$ 525,00
48	60	und	TRINCHA PARA PINTURA 1.1/2" - 250/4	R\$ 5,29	R\$ 317,40
49	30	und	TRENA DE 8M, EM METAL - REVESTIMENTO DE BORRACHA, VONDER PLUS ou IRW	R\$ 19,57	R\$ 587,10




50	1200	und	SAPATA PARA MESA REGULAVEL - PARA PÉS DE MESAS COM BUCHAS	R\$ 0,84	R\$ 1.008,00
51	20	und	GROSA PARA MADEIRA - CHATA, PARA LIXAR MADEIRA, 02 LADOS	R\$ 27,97	R\$ 559,40
52	20	und	GROSA REDONDA PARA LIXAR MADEIRAS	R\$ 12,73	R\$ 254,60
53	30	und	ROLO DE PINTURA EM ESPUMA, TEXTURA FINA 23CM	R\$ 8,73	R\$ 261,90
54	10	und	TESOURA DE CALHEIRO PARA CORTA LATAS	R\$ 40,08	R\$ 400,80
55	500	mt	FITA DE ACABAMENTO DE BORDA, BRANCA, PARA ACABAMENTO DE MESA, 500M LINEAR POR 35 MM DE LARGURA - POR 35 MM DE LARGURA	R\$ 0,43	R\$ 215,00
56	20	gl	SELADOR PARA MADEIRA, GALÃO DE 18 LITROS	R\$ 212,80	R\$ 4.256,00
57	20	sc	GESSO EM PO, SACO DE 50KG	R\$ 22,05	R\$ 441,00
TOTAL DO LOTE					R\$ 14.097,90
LOTE 5 -					
58	22	und	DISCO DE LIXA EM FIBRA PARA LIXADEIRA - Met. F247 Sr.50	R\$ 3,98	R\$ 87,56
59	20	und	LIMA PARA AFIAR CHATA, 8" - PARA AMOLAR FERRAMENTAS, 8"	R\$ 7,69	R\$ 153,80
60	4	pct	SERRA MANUAL COR AMARELA PACOTE COM 48 UNIDADES KSF 1224 ou SIMILAR	R\$ 106,13	R\$ 424,52
61	60	pct	KIT PONTA SKIL PACOTE COM 10 UNIDADES	R\$ 11,99	R\$ 719,40
TOTAL DO LOTE					R\$ 1.385,28
LOTE 6					
62	400	und	PLACA DE GESSO - 40x0cm	R\$ 2,00	R\$ 800,00
63	50	und	PORTA DIVISORIA DE GESSO ACARTONADO 7,3CM - COM FECHADURA E DOBRADIÇA ALIZARES PORTAL (COMPLETA), 7,3cm DE ESPESSURA POR 2,10X0,80cm	R\$ 450,00	R\$ 22.500,00
64	600	und	MONTANTE PARA DIVISÓRIA - DE GESSO ACARTONADO 48x2,80m	R\$ 9,23	R\$ 5.538,00
65	600	und	MONTANTE 70 - 3 M - PARA DIVISÓRIA, DE GESSO ACARTONADO, 70x2,80m	R\$ 10,76	R\$ 6.456,00
66	500	und	PLACA DE GESSO MEDINDO 1,20X2,40M - DE GESSO ACARTONADO.	R\$ 30,00	R\$ 15.000,00
67	1000	ch	GUIA PARA DIVISORIA GESSO ACARTONADO 48X280M	R\$ 11,73	R\$ 11.730,00
68	20	und	ESQUADRO PARA MONTAGEM DE DIVISÓRIAS OU PAREDES - PARA MONTAGEM DE DIVISÓRIAS OU PAREDES	R\$ 9,00	R\$ 180,00

97.4



TOTAL DO LOTE					R\$ 62.204,00
LOTE 7					
69	3000	m ²	INSULFILM PELICULA DE CONTROLE SOLAR PARA VIDRO - OU LAMINADO FUME - COLOCADO	R\$ 37,97	R\$ 113.910,00
TOTAL DO LOTE					R\$ 113.910,00
LOTE 8					
70	2000	m ²	VIDRO LISO INCOLOR, 4MM - COLOCADO	R\$ 35,40	R\$ 70.800,00
71	5000	mt	MANGUEIRA CRISTAL PARA FIXAÇÃO - COLOCADO	R\$ 0,85	R\$ 4.250,00
TOTAL DO LOTE					R\$ 75.050,00
72	500	br	TRAVESSA DE ALUMINIO ANODIZADO BARRA DE 6 M	R\$ 56,00	R\$ 28.000,00
73	200	br	RODAPE EM ALUMINIO ANODIZADO, BARRA DE 6 M	R\$ 51,00	R\$ 10.200,00
74	100	br	BATENTE PARA PORTA EM ALUMINIO ANODIZADO COM ENCAIXE PARA DOBRADIÇA, BARRA DE 6 M	R\$ 51,80	R\$ 5.180,00
75	320	br	MONTANTE EM ALUMINIO ANODIZADO, BARRA DE 6 M	R\$ 41,00	R\$ 13.120,00
76	400	br	PORTA BAQUETE EM ALUMINIO ANODIZADO, BARRA DE 6 M	R\$ 49,00	R\$ 19.600,00
77	800	br	BAGUETE EM ALUMINIO ANODIZADO, BARRA DE 6 M	R\$ 30,50	R\$ 24.400,00
78	2000	pc	CORREDICA ALUMINIO ANODIZADO PARA DIVISÓRIA 0,05 CM	R\$ 3,20	R\$ 6.400,00
79	100	br	REQUADRO DE PORTA EM ALUMINIO ANODIZADO COM ENCAIXE PARA DOBRADIÇA BARRA DE 6,00 M - BARRA DE 6,00 M	R\$ 50,80	R\$ 5.080,00
TOTAL DO LOTE					R\$ 111.960,00
LOTE 10					
80	20	gl	MASSA PARA DRYWALL GALÃO 18 LITROS	R\$ 24,00	R\$ 480,00
81	60	tb	ESPUMA POLIURETANO PU 1/500 SECAGEM RAPIDA	R\$ 19,31	R\$ 1.158,60
82	30	lt	TEXTURA ACRILICA PARA PAREDE EXTERNA COR PALHA, 18L - LEINERTEX, CORAL OU SUVINIL	R\$ 87,00	R\$ 2.610,00



TOTAL DO LOTE					R\$ 4.248,60
LOTE 11					
83	500	und	PAINEL DIVISORIA COM REVESTIMENTO COMPOSTO POR CHAPAS DURAS DE FIBRA DE MADEIRA, COM ACABAMENTO EM EPOXI COR AREIA PEROLA	R\$ 83,00	R\$ 41.500,00
84	100	und	PORTA EM PAINEL PARA DIVISÓRIA, AREIA PEROLA, MEDINDO 2,11 X 0,82M	R\$ 72,00	R\$ 7.200,00
85	1500	und	PAINEL DIVISORIA DE "EUCAPLAC" DURA PINTADA NA COR AREIA PEROLA EM TIRAS - 2,70 X 05 X 35MM	R\$ 4,00	R\$ 6.000,00
TOTAL DO LOTE					R\$ 54.700,00
MASCARA CIRURGICA MASCARA TRIPLA, BRANCA, COM ELASTICO, CX C/50 UNID					R\$ 17,00
86	60	CX			R\$ 1.020,00
TOTAL DO LOTE					R\$ 508.244,38
TOTAL DOS LOTES					

OBS: Todos e quaisquer esclarecimentos relativos às especificações dos materiais a serem adquiridos deverão ser direcionados à Assessoria Técnica do Fórum, através do telefone (062) 3216-2306.

Goiânia, 25 de maio de 2011.

José Eduardo Perotto Lobo
 José Eduardo Perotto Lobo
 Pregoeiro

Tribunal do Trabalho
 Folha 99

